



Diário Oficial do Município de Mauá

**SECRETARIA DE FINANÇAS
GERÊNCIA DE GESTÃO TRIBUTÁRIA
DIVISÃO DE COBRANÇA AMIGÁVEL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO 25 de março de 2022**

A Divisão de Cobrança Amigável informa aos seguintes contribuintes sobre o **pedido de prescrição de débitos**:

PROCESSO	NOME / FIRMA	ASSUNTO OU SOLICITAÇÃO
438/2019	Marco Antonio de Carvalho	DEFERIDO o pedido de prescrição de Multa de trânsito dos exercícios de 2003 no valor de R\$ 3.553,08
4806/2019	Nilton Sergio da Silva	DEFERIDO o pedido de prescrição de IPTU dos exercícios de 1998/2000/2001/2002/2003/2005/2006/2011/2012/2013 no valor de R\$ 27.446,73 INDEFERIDO - Quanto ao IPTU dos exercícios 2009/2010 não há o que se falar em reconhecimento administrativo de prescrição, pois são objetos de execução fiscal que encontra-se em andamento. No caso do IPTU exercício 2004, Já encontra-se com a situação de prescrito no sistema e a execução encontra-se extinta Com relação ao IPTU exercícios 1999/2007/2008, Já encontram-se com a situação de prescrito no sistema.
5004/2019	Antonio Prudente De Moraes	DEFERIDO - O pedido de prescrição referente ao IPTU dos exercícios de 1997/1998/2006 e Acordo nº 2713/1997 valor de R\$ 28.302,89 INDEFERIDO - Quanto ao IPTU dos exercícios 2000/2001/2002 não há o que se falar em reconhecimento administrativo de prescrição, pois são objetos de execução fiscal que encontra-se em andamento
11623	Sandra Mara Raimunda domingos do nascimento	DEFERIDO O pedido de prescrição referente ao IPTU do exercício 2008 no valor de R\$ 2.356,18 . INDEFERIDO O pedido de prescrição referente ao IPTU dos exercícios 2016 não há o que se falar em reconhecimento administrativo de prescrição, pois são objetos de execução fiscal que encontra-se em andamento. Quanto ao IPTU exercício 2015, este foi objeto de Acordo que interrompeu o curso do lapso prescricional
15122/2019	Paulo de Oliveira	DEFERIDO - O pedido de prescrição referente ao IPTU do exercício 2013 valor de R\$ 4.956,83 INDEFERIDO O pedido de prescrição referente ao IPTU do exercício 2010 não há o que se falar em reconhecimento administrativo de prescrição, pois são objetos de execução fiscal que encontra-se em andamento.
15750/2018	Maria Lucia dos Santos	DEFERIDO - O pedido de prescrição referente a TFIS do exercício 1997 valor de R\$ 2.887,82
15204/2019	Neuza Aparecida de Souza	INDEFERIDO - O pedido de prescrição referente a TFIS exercício 2012, 2013, 2014 e TPUB exercício 2012, pois são objetos de execução fiscal que encontra-se em andamento. Quanto ao ISSV exercícios 2012/2013/2014, estes foram lançados forma retroativa em 2017, dispondo o prazo e cobrança e ajuizamento
21674/2018	Simone Santos Dias	DEFERIDO - O pedido de prescrição referente ao IPTU dos exercícios de 2007 valor de R\$ 2.259,56 INDEFERIDO - Quanto ao IPTU do exercício 2008 não há o que se falar em reconhecimento administrativo de prescrição, pois são objetos de Acordo que interrompeu o curso do lapso prescricional.

Publicado eletronicamente em 25 de março de 2022 por Katia Silva